

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

79- Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 26 a 30/04/2021):

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	1
Ratificação do Acordo de Cooperação e Comércio entre a UE e o Reino Unido	1
Certificado Verde Digital: adoção de mandato de negociação	1
Debate sobre as relações UE-Turquia	1
Aprovação do programa de investigação Horizonte Europa;	2
Disseminação de conteúdo terrorista em linha	2
Outros assuntos e votações	2
2 RATIFICAÇÃO DA DECISÃO SOBRE OS RECURSOS PRÓPRIOS DA UE	3
3. PLANOS DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA	3
4. MECANISMO DE CRÉDITO AO SETOR PÚBLICO - ACORDO POLÍTICO	3
5. AUDIÇÃO COM COMISSÁRIO THIERRY BRETON VACINAÇÃO NA UE	4
6. COMISSÃO EUROPEIA - ASILO E MIGRAÇÕES - REGRESSO E REINTEGRAÇÃO	4
7. COMISSÃO EUROPEIA - LEGISLAR MELHOR	5
8. COMISSÃO EUROPEIA ATLAS DEMOGRÁFICO	5
9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	6
Ministros da Agricultura	6
Ministros dos Negócios Estrangeiros (Desenvolvimento)	6
10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	6
Parlamento Europeu	6
Comissão Europeia	6
Conselho da União Europeia	6

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU¹

Ratificação do Acordo de Cooperação e Comércio entre a UE e o Reino Unido

O Parlamento Europeu (PE) deu esta semana o seu [consentimento](#) para a ratificação do [Acordo de Cooperação e Comércio entre a União Europeia \(UE\) e o Reino Unido](#) (RU) (cfr. [Síntese n.º 65](#)), assinado a 24 de dezembro de 2020, e que estabelece os termos da sua futura cooperação bilateral. A aplicação provisória deste acordo caduca a 30 de abril de 2021.

A [resolução](#), preparada pelo [Grupo de Coordenação do RU](#) e pela [Conferência dos Presidentes](#), foi aprovada por 578 votos, 51 contra e 68 abstenções, **saúda o facto de o Acordo limitar as consequências negativas** da saída do Reino Unido da UE, mas qualifica a decisão britânica de um "erro histórico", sublinhando que nenhum país terceiro pode usufruir dos mesmos benefícios que um membro da UE.

O PE destaca, ainda, o seu **papel adequado no controlo da aplicação futura do acordo**. A Comissão Europeia publicou uma [declaração](#) onde **clarifica as possíveis modalidades** desta monitorização que o PE fará. O acordo entrará em vigor a 1 de maio, após adoção pelo [Conselho](#).

Esta votação foi precedida por um [debate em Plenário](#) sobre a relação futura entre a UE e o RU, com a presença da [Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen](#), e a Presidência portuguesa do Conselho, representada pela Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Ana Paula Zacarias. O negociador-chefe da UE, **Michel Barnier**, também esteve presente e foi [alvo de um agradecimento especial](#) da parte dos Deputados. O debate está disponível [aqui](#), bem como a [conferência de imprensa](#).

Certificado Verde Digital: adoção de mandato de negociação

Foi adotado o **mandato de negociação do PE relativo ao agora designado Certificado COVID-19 da UE** (anteriormente referido como [certificado verde digital](#)). O PE considera que este certificado deve vigorar durante apenas 12 meses e que não servirá como documento de viagem nem se tornará uma condição prévia para o exercício do direito à livre circulação. Além disso, não devem ser impostas restrições de viagem adicionais aos titulares de um certificado COVID-19 da UE, tais como quarentena, autoisolamento ou testes. O PE sublinha também que, para evitar a discriminação dos não vacinados e por razões económicas, os países da UE devem *"assegurar testes universais, acessíveis, rápidos e gratuitos"*. Devem ser aceites certificados de vacinação para pessoas inoculadas com uma vacina autorizada pela Agência Europeia de Medicamentos (EMA), cabendo às autoridades nacionais decidir se também aceitam certificados de vacinação emitidos em outros Estados-Membros para vacinas listadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para uso de emergência. Finalmente, os dados pessoais obtidos **não podem ser armazenados nos Estados-Membros** de destino e não existirá uma base de dados central estabelecida a nível da UE. A lista de entidades que vão processar e receber dados será pública para que os cidadãos possam exercer os seus direitos de proteção de dados ao abrigo do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

No [debate](#), a abertura foi feita por [Ana Paula Zacarias](#), em nome da Presidência Portuguesa do Conselho (introdução), com intervenções de [Paulo Rangel](#) (EPP), [Sara Cerdas](#) (S&D) e [Isabel Santos](#) (S&D), tendo a [Secretária de Estado para os Assuntos Europeus](#) encerrado a discussão.

Debate sobre as relações UE-Turquia

Realizou-se um [debate sobre a recente reunião entre a UE e a Turquia](#) em Ancara, bastante marcado pelo incidente protocolar (cfr. [Síntese n.º 76](#)) que ficou conhecido como *sofagate*, tendo a

¹ Fonte: Serviço de Imprensa do PE

Presidente da Comissão Europeia, no seu [discurso](#), referido que se "[Sentiu ferida e sozinha, como mulher e como europeia](#)". O Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, [reiterou o seu pedido de desculpas](#) "à Comissão e a todos os ofendidos" pelo incidente, dizendo que as circunstâncias o levaram a acreditar que deveria ter agido de uma forma diferente.

Sobre a cimeira e as relações com a Turquia, foi [ênfaticamente](#) no debate a [apreensão com a recente decisão da Turquia de deixar a Convenção de Istambul](#). Além disso, considerou-se que a cooperação da UE com a Turquia deve ter uma abordagem proporcional e reversível, tendo sido referidas situações como as ações da Turquia no Mediterrâneo Oriental e o seu recuo em relação aos valores democráticos.

Aprovação do [programa de investigação Horizonte Europa](#);

Foi aprovado o [programa de investigação e inovação Horizonte Europa](#), que abrange o período 2021-2027, que contará com um orçamento global de 95,5 mil milhões de euros, dos quais 5,4 mil milhões provêm do plano de recuperação *Next Generation EU*, bem como um investimento adicional de 4 mil milhões de euros do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) da União Europeia. É composto por três pilares:

- **"Ciência de Excelência"**: projetos de investigação de "ponta" definidos e conduzidos pelos próprios investigadores através do Conselho Europeu de Investigação (CEI).
- **"Desafios Globais e Competitividade Industrial Europeia"**: investigação no âmbito dos desafios sociais e das capacidades tecnológicas e industriais, determinando as prioridades das missões de investigação à escala da UE.
- **"Europa Inovadora"**: tornar a Europa líder na inovação geradora de mercados através do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT). Também visa fortalecer o EIT, fomentar a integração entre empresas, investigação, ensino superior e empreendedorismo.

Intervieram no debate as Deputadas portuguesas [Maria da Graça Carvalho](#) (PPE) e [Sandra Pereira](#) (A Esquerda).

Disseminação de conteúdo terrorista em linha

O PE [aprovou novas regras para forçar as empresas da Internet a eliminar os conteúdos que promovem o terrorismo no prazo de uma hora após notificação](#).

Outros assuntos e votações

- [Aprovação do registo de transparência](#) obrigatório para representantes de interesses
- [Relações UE-Rússia](#)
- [Fundo Europeu para a Globalização mais reativo e acessível](#)
- [Proteção civil: resposta mais rápida da UE a emergências em grande escala](#)
- [PE defende plano para sistema fiscal mais justo e adequado à era digital](#)
- [Aprovação do Fundo Europeu de Defesa](#)
- [Relações UE-América Latina](#)

2 RATIFICAÇÃO DA DECISÃO SOBRE OS RECURSOS PRÓPRIOS DA UE

Demos nota, nas [Síntese n.º 77](#) e [78](#), do ponto de situação relativo à **Ratificação da [Decisão dos Recursos Próprios](#)**. Acrescentamos que, no caso da Alemanha, **o Presidente da República Federal assinou o ato de ratificação no dia 23 de abril**, depois de o Tribunal Constitucional não ter admitido a injunção temporária (ordem de suspensão) apresentada por um grupo de cidadãos.

Por outro lado, esta semana a **Comissão de Assuntos Constitucionais do Parlamento finlandês considerou que aprovação para ratificação desta Decisão carece de uma maioria de ⅔** dos Deputados, pois constitui uma transferência notável de soberania da Finlândia para a UE, pelo que a maioria simples para decidir sobre o assunto não é suficiente. A Comissão considera, em particular, que a proposta se afasta dos princípios da governação económica da UE, tal como estabelecidos nos artigos 125.º e 310.º do TFUE, configurando um novo método de financiamento, que, se se tornasse mais comum, ameaçaria o estatuto do orçamento da UE tal como especificado nos Tratados, numa forma para a qual a Finlândia não deu o seu consentimento ao aderir à UE ou em alterações posteriores aos tratados da UE. O relatório foi aprovado com nove votos a favor e oito contra. Esta questão assumiu especial importância face à crise política que o Governo finlandês atravessou no âmbito das negociações para o orçamento nacional do próximo ano. Porém, as **indicações mais recentes são no sentido de que um [novo acordo de coligação governamental](#) foi alcançado** e que a abstenção do Partido da Coligação Nacional (PPE) viabilizará a ratificação.

3. PLANOS DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

Referimos, na [passada síntese](#), que - no âmbito do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#) do *Next Generation EU* - **Portugal havia apresentado o seu Plano nacional de Recuperação e Resiliência**, tendo sido [o primeiro Estado-Membro a fazê-lo formalmente](#).

Esta semana, mais alguns Estados-Membros apresentaram os seus Planos nacionais, nomeadamente a [Grécia](#) e a [Eslováquia](#), além da [Alemanha](#), da [França](#), da Espanha e de Itália. Note-se que a **Alemanha e a França apresentaram conjuntamente os seus Planos**, tendo a Espanha e a Itália participado numa [conferência de imprensa dos Ministros das Finanças destes quatro países](#) para anúncio dos seus Planos nacionais de recuperação e resiliência.

4. MECANISMO DE CRÉDITO AO SETOR PÚBLICO - ACORDO POLÍTICO

O Conselho da UE, sob Presidência portuguesa, e o PE alcançaram um **acordo provisório sobre o [Mecanismo de crédito ao setor público para apoiar uma transição climática justa](#)**. Este instrumento é o terceiro pilar do Mecanismo para uma Transição Justa, criado para enfrentar as consequências sociais e económicas do objetivo de alcançar a neutralidade climática da UE até 2050 e das metas climáticas da UE para 2030. Os outros dois pilares são o *Fundo para uma Transição Justa* e um regime específico para uma transição justa ao abrigo do *Programa InvestEU*.

Todos os investimentos ao abrigo do Mecanismo serão realizados com base nos planos territoriais de transição justa dos Estados-Membros, que identificam os territórios mais afetados em cada Estado-Membro e os domínios de intervenção prioritários para cada região. Serão disponibilizados 1,5 mil milhões de euros em subvenções do orçamento da UE, combinados com um máximo de 10 mil milhões de euros em empréstimos concedidos pelo Banco Europeu de Investimento (BEI). Em conjunto, essas subvenções e esses empréstimos deverão mobilizar investimentos que poderão chegar aos 25 a 30 mil milhões de euros em benefício das regiões em causa.

5. AUDIÇÃO COM COMISSÁRIO THIERRY BRETON | VACINAÇÃO NA UE²

No passado dia 23 de abril, o Comissário responsável pelo mercado interno, [Thierry Breton](#), deslocou-se à Assembleia da República para realizar uma [audição conjunta](#) com a Comissão de Assuntos Europeus, a Comissão de Saúde e a Comissão Eventual para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da doença COVID-19 e do processo de recuperação económica e social.

Sendo, igualmente, o coordenador da *Task-Force* da Comissão Europeia para a Estratégia de Vacinação, o Comissário abordou este tema e a Política Industrial Europeia. No âmbito da Política Industrial Europeia, referiu a [revisão da Estratégia Industrial da União Europeia numa tripla transição](#): verde, visando alcançar a neutralidade carbónica até 2050; digital, com destaque para o impacto da “Década Digital” em 4 áreas: infraestruturas, empresas, serviços públicos e competências e realçando a Lei dos Serviços Digitais e a Lei dos Mercados Digitais; e o reforço da resiliência e da autonomia estratégica da Europa.

Relativamente à **Estratégia de Vacinação da União Europeia**, destacou a resposta sem precedentes face à pandemia da COVID-19, com uma abordagem comum para acelerar o desenvolvimento, o fabrico e a disponibilização de vacinas contra a COVID-19, num período de tempo notável, e tendo em vista **alcançar até meados de julho a vacinação do conjunto de europeus adultos a partir dos 18 anos, o que representa cerca de 70 % da população adulta europeia**. O debate centrou-se nas questões relativas à capacidade produtiva e ao fornecimento das vacinas por parte da UE, ao certificado verde digital, ao novo programa da União pela Saúde, aos atrasos e incumprimentos contratuais ocorridos e as suas consequências, à suspensão das patentes, às desigualdades de acesso à vacina para os países menos desenvolvidos e à possibilidade de recurso a outras vacinas.



6. COMISSÃO EUROPEIA - ASILO E MIGRAÇÕES - REGRESSO E REINTEGRAÇÃO

Foi esta semana [adotada](#) pela Comissão Europeia a primeira [Estratégia da UE sobre o regresso voluntário e a reintegração](#), objetivo do [Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo](#) e que introduz medidas para:

- **Reforçar um quadro jurídico e operacional eficaz:** através da proposta de [reformulação da Diretiva Regresso](#), da [proposta alterada de Regulamento Procedimentos de Asilo](#), do [Regulamento Gestão do Asilo e da Migração](#) e do [Regulamento Eurodac revisto](#);

² Ponto elaborado por Elodie Rocha, da Equipa da Comissão de Assuntos Europeus.

- **Melhorar a qualidade dos programas de regresso voluntário assistido:** com destaque para o trabalho da Comissão com a Frontex para criação de um programa curricular comum para os conselheiros em matéria de regresso e o desenvolvimento, em cooperação com os Estados-Membros, a Frontex e a Rede Europeia de Regresso e de Reintegração, de um quadro de qualidade dirigido aos prestadores de serviços de reintegração que identificará as normas comuns para a gestão de projetos, com o financiamento da UE;
- **Reforçar a cooperação com os países terceiros:** através do apoio da UE à adesão aos processos de reintegração nos países parceiros, mediante o desenvolvimento de capacidades, e prestação de assistência ao regresso voluntário e à reintegração de migrantes bloqueados noutros países, reforçando também as ligações entre os programas de reintegração e outras iniciativas de desenvolvimento relevantes nos países parceiros. A Comissão garantirá uma utilização mais coordenada dos recursos financeiros disponíveis para o efeito.

O [papel da Frontex nesta estratégia foi destacado](#), nomeadamente face à sua contribuição para garantir os regressos. A seção de [perguntas e respostas](#) elaborada pela Comissão complementa esta informação.

7. COMISSÃO EUROPEIA - LEGISLAR MELHOR

A Comissão Europeia adotou uma [Comunicação sobre «Legislar Melhor»](#), propondo a introdução de [melhorias no processo legislativo da UE](#), assegurando a cooperação entre as instituições, Estados-Membros, e partes interessadas. A Comissão propõe assim:

- **suprimir obstáculos e trâmites burocráticos;**
- **simplificar as consultas públicas** com a introdução de um convite único à apresentação de informações, melhorando o portal [«Dê a sua opinião»](#);
- abordagem baseada no **princípio «entra um, sai um»**, **para minimizar os encargos** para os cidadãos e empresas às implicações e custos da aplicação da legislação, nomeadamente no caso das PME's;
- **integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas**, garantindo que as propostas legislativas contribuem para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;
- melhoria da **promoção da sustentabilidade e transformação digital na legislação**;
- integração da **prospetiva estratégica na definição das políticas**, para garantir que seja adequada ao futuro.

Embora alguns elementos da comunicação já tenham sido colocados em prática, prevê-se que ainda este ano se assista à publicação da **Análise Anual dos Encargos de 2020**, na qual serão apresentados os resultados dos esforços para redução dos encargos, e a **atualização das orientações e ferramentas para legislar melhor**, fornecendo diretrizes concretas para legislar. A seção de [perguntas e respostas](#) elaborada pela Comissão complementa esta informação.

8. COMISSÃO EUROPEIA | ATLAS DEMOGRÁFICO

Foi [apresentado](#) esta semana um [«Atlas Demográfico» da UE](#), uma ferramenta interativa em linha que permite visualizar, acompanhar e antecipar as alterações demográficas na União, desenvolvida pelo Centro Comum de Investigação (JRC) da Comissão Europeia. Este Atlas proporciona um acesso rápido e fácil a um [conjunto abrangente de dados e conhecimentos demográficos](#) recolhidos a nível local, regional, nacional e da UE. O objetivo é melhorar a compreensão da evolução demográfica e **antecipar dinâmicas**, sendo um instrumento que pode facilitar o desenvolvimento de medidas políticas que promovam a coesão social e tragam benefícios para todos os cidadãos da UE. Em junho

de 2020 a Comissão deu início às suas atividades neste domínio com o [Relatório sobre o Impacto das Alterações Demográficas](#). Este Atlas é uma ferramenta que permitirá à Comissão dispor de provas objetivas que contribuam para três grandes iniciativas políticas: o [Livro Verde sobre o Envelhecimento](#), a Visão a Longo Prazo para as Zonas Rurais e a [Estratégia da UE sobre os Direitos da Criança](#).

9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Ministros da Agricultura

Os ministros [reuniram-se](#) esta semana para discutir a reforma da PAC, tendo a Presidência informado sobre os progressos das negociações do tríplice e solicitado orientações sobre a [proposta de compromisso sobre a arquitetura ecológica](#), tendo a maioria apelado à conclusão das negociações durante a Presidência portuguesa. Foi também discutida a situação do setor e dos mercados agrícolas europeus, bem como as relações comerciais da UE com países terceiros para preservação da sustentabilidade e credenciais ambientais no setor agroalimentar. A Comissão anunciou ainda a sua intenção de apresentar uma proposta legislativa sobre o bem-estar dos animais até ao final de 2023.

Ministros dos Negócios Estrangeiros (Desenvolvimento)

Os ministros realizaram um [debate de orientação](#) sobre o futuro da Arquitetura Financeira Europeia para o Desenvolvimento (EFAD), com a participação do Banco Europeu de Investimento (BEI) e Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD). Foi discutido o estudo de viabilidade sobre opções para o reforço desta arquitetura, tendo os ministros salientado que a UE deve seguir uma direção política forte, uma coordenação sem descontinuidades e uma governação forte.

10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada às atividades parlamentares externas.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [5 de maio](#), destacando-se a **comunicação sobre a atualização da estratégia industrial da UE**, a Proposta de Regulamento sobre subvenções estrangeiras distorcivas, a Estratégia da UE para terapêuticas contra a COVID-19 e a Proposta de Regulamento para a autorização de emergência de produtos medicinais de uso humano.

Conselho da União Europeia

A [Presidência portuguesa](#) disponibiliza o [calendário de eventos](#), destacando-se:

- 06.05: [Conselho dos Negócios Estrangeiros sobre Defesa](#)
- 07.05: [Cimeira Social do Porto](#)
- 08.05: [Reunião informal do Conselho Europeu](#) e [Cimeira UE-Índia](#) (videoconferência)

Bruxelas | 30 de abril de 2021

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#) | +32 493 39 99 73

e [Catarina Ribeiro Lopes](#), Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).